

A SUBORDINAÇÃO DA ECONOMIA AOS FINS POLÍTICOS: O CASO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DA SEGUNDA GOVERNO VARGAS (1951 - 1954)

Fernanda Guimarães Dornelles¹

Resumo: Na intenção de aprofundar os estudos sobre a pretensa subordinação da economia aos fins políticos, propõe-se aqui um estudo sobre as políticas econômicas do Governo de Getúlio Vargas no período de 1951 e 1954. Expõe-se, assim, o plano econômico Varguista denominado Campos Sales-Rodrigues Alves. A partir daí o que se sugere é a verificação da motivação dos instrumentos econômicos introduzidos por Vargas quando já do declínio de seu prestígio, e, por exemplo, com a promulgação de um novo salário mínimo reajustado em 100% em 1953, torna-se perceptível que passa a adotar medidas que eram contrárias aos principais objetivos governamentais, entretanto o faz com o único objetivo de ver suas aspirações políticas alcançadas. E é nesse sentido que segue o presente trabalho, promovendo uma análise pormenorizada das medidas econômicas introduzidas por Getúlio Vargas até seu declínio absoluto, que resultou no seu suicídio em agosto de 1954. Pretende-se, assim, recolher ao longo do estudo e a análise da questão, na qual se vê que Economia e Política encontram-se intrinsecamente relacionadas, e que por vezes, uma pode se sobrepor a outra, e, normalmente, assim como no caso específico estudado, o que se vê é a sobreposição da política a economia, que utiliza desta para atingir seus fins.

¹ Mestranda pela Universidade de Lisboa no programa de Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Econômicas / Direito Fiscal. Graduada em Direito pela Faculdade Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Economia. Política. Política Econômica. Getúlio Vargas. Instrumentos Econômicos.

1. A UTILIZAÇÃO DA ECONOMIA PARA OS FINS POLÍTICOS



Estado e economia sempre estiveram intrinsecamente ligados, seja por necessidade de a economia se apoiar na política, seja pela situação inversa, a necessidade de a política utilizar-se da economia para seus interesses. Independente da sobreposição de uma a outra, o que se extrai é a já referida interdependência de tais institutos.

A economia vem sendo utilizada como principal instrumento de obtenção de fins políticos, tendo em vista, especialmente, que a economia consiste hoje em elemento de relevante interesse social. O que se percebe é, que, por muitas vezes os interesses daqueles que detém o poder não são compatíveis com os interesses comuns.

Desta maneira, a política econômica se ocupa do estudo da origem, forma e efeitos da intervenção do Estado na vida econômica do seu povo, da sua sociedade. Da mesma forma a política, utilizando-se do sujeito institucionalizado *Estado*² promove políticas econômicas para obter resultados que lhe interessem, independente de satisfazerem interesses públicos³, ainda que esses devessem ser alvos prioritários daquela.⁴

² “por Estado passamos a utilizar o conceito para o presente estudo como ‘Governo, Administração Pública e seus braços operacionais’” Nesse sentido, VER PINTO, A. Mendonça. *Política Econômica: em Portugal e na Zona do Euro*. 1ª edição. Cascais: Principia, 1999, pg. 25.

³ Nesse sentido “*O interesse geral determina que se estabeleça a justiça fiscal; mas o interesse nacional consiste em isentar de certos tributos os agricultores e é por isso que a solução dada a qualquer questão econômica está, muitas vezes, em contradição com a teoria que se quiz aplicar.*” Nesse sentido, VER CARQUEJA, 192, pg. 31

⁴ A visão da Economia Política como uma economia social pressupõe que seja observada, ela, em uma sociedade politicamente organizada, na qual o fim do Estado deve

Neste passo, a Política Econômica seria então um aprimoramento do uso da Economia, como ciência própria, cuja utilização será destinada a consecução de finalidades previamente definidas, sejam de interesse puramente políticos, como sua generalidade, ou, ainda, da comunidade em que inseridas.⁵

1.1 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Um dos instrumentos utilizados pela política – num conceito amplo - para satisfazer seus anseios por meio da economia é, portanto, se aproveitar das *políticas econômicas*. Ora, o Estado possui necessidades e objetivos que não comportam discussões, e é imperativo que as realize da forma mais precisa e eficiente, de modo a maximizar os objetivos propostos.

O Estado, como instituição política cujo objetivo é, de maneira geral, o *bem-estar público*⁶ de seu povo, necessita de meios para alcançar êxito. Para tal, utiliza-se de inúmeros meios, sejam políticas de saúde, de educação, de segurança, e, entre outras as políticas econômicas.

Não mais importante que as demais, as políticas econômicas consistem no conjunto de medidas pelas quais o Poder Governante se propõe a influenciar de maneira direta na vida econômica de seu povo, assim, pode-se definir como tais, as medidas implementadas, consoante o momento, no intuito de

ser sempre a própria sociedade. Assim, a ideia de que as políticas econômicas devam ser utilizadas para dar *o maior espaço possível ao setor privado*, pode, em razão do sistema político-econômico adotado pelo Estado em questão, induzir o estudo das mesmas ao erro. Assim, a Ideia difundida por CONDESSO, merece cuidado quando em estudo da matéria. VER CONDESSO, Fernando dos Reis; CONDESSO, Ricardo Alexandre Azevedo. Aproximação a uma Teoria Geral de Economia Política. Relações entre Economia Política e Direito. In JURISMAT Revista Jurídica. nº 6. Maio/2015. Portimão: Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Páginas 15 a 42.

⁵ Nesse sentido, VER MARTINEZ, Pg. 28

⁶ Temos o *bem-estar* como ponto de partida a situação e as necessidades da vida econômica nacional, tomando em conta, ainda, favoráveis condições sociais. Nesse sentido, VER BORGHT, R. Van Der. *Política Económica*. 2ª edição. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1932, pg. 10

permitir finalidades previamente estabelecidas por este, já referido, poder governante⁷.

As políticas econômicas, de forma geral, traduzem, no plano econômico os fins políticos. Os fins políticos podem ser os mais diversos, desde a majoração da qualidade de vida, do já referido bem-estar público, como o desenvolvimento econômico-social, com a redução de desigualdades, e a satisfação de necessidades públicas, ou, ainda majoração da poupança nacional, em termos de reservas financeiras.

O fato de as políticas econômicas atuarem no campo da economia impõe que elas se revestam de complexidade tendo em vista a necessidade de atentar, além dos fenômenos econômicos, fatores de ordem política e social.

Ainda, não só as políticas econômicas se diferenciam conforme a sua destinação, como também pelo seu conteúdo e seu alcance, isto porque os estados possuem, além de variados graus de diversificação da sua economia, também diferentes regimes político-econômico-sociais, entre outros aspectos diversos, como partidos políticos, associações de classe, sindicatos, todos com relevância social no âmbito da formação da opinião pública. Inquestionável é a percepção de que a política econômica possui estreitos laços com os fenômenos econômicos e sociais, pelos quais são medidas dinâmicas revestidas pelo contexto em que introduzidas.

Qualquer política econômica analisada de forma alienada ao contexto a que introduzida pressupõe um erro analítico, com risco de gerar uma análise viciada e distorcida de seus objetivos, conteúdos e destinatários.

Ao encontro do exposto, é possível extrair os elementos essenciais à conceituação de *política econômica*. Pode-se dizer que são estes a *intervenção deliberada*, o *poder público*, o *conjunto de instrumentos/medidas*, e, por fim, a *finalidade* (a persecução de um objetivo previamente determinado). Há quem

⁷ Nesse sentido, VER PINTO, 1999, pg. 25

defenda que há ainda outro elemento essencial à natureza das políticas econômicas, qual seja, *a influência imediata* dos instrumentos utilizados *sobre as atividades econômicas da sociedade*, de forma que quando a influência seja exercida de forma *mediata*, por meio de políticas de outras naturezas, sem que haja o objetivo econômico, não se pode considerar uma política econômica.⁸

As políticas econômicas são geralmente classificadas em três espécies, se diferenciado quanto a finalidade governamental perseguida, sendo estas, a *política econômica estrutural*, a *política econômica de estabilização conjuntural* e, por fim, a *política econômica de expansão*.

1.1.1 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS COMO INSTRUMENTOS DE SATISFAÇÃO DE INTERESSES POLÍTICOS

Ao ponto que chegamos, temos que a política econômica possui como conteúdo máximo a finalidade de maximizar, em termos econômicos-governamentais, a satisfação das necessidades humanas, mais estritamente da sociedade em que introduzidas, ou seja, uma política desenvolvida no intuito de evitar a escassez de bens (essências, básicos, duráveis ou não duráveis) e assim aumentar os meios disponíveis para satisfazer as necessidades públicas.

A política econômica estrutural compreende nas medidas voltadas à alteração da estrutura econômica atual, utilizando-se de instrumentos de regulação do funcionamento de mercado, privatizando empresas públicas, as criando por outro lado, bem

⁸ Nesse sentido, VER BORGHT, 1932, pg. 9, “La Política económica nacional solamente comprende aquellas medidas políticas que ejereen una influencia imediata sobre las actividades económicas del pueblo. La influencia mediata, resultante de medidas políticas de orta naturaliza que no corresponden a finalidades económicas del Estado, no puede considerarse como actuación propia de la Política económica nacional, porque, de lo contrario mel concepto de esta coincidiria exatamente com el de Política del Estado.”

como nacionalizando empresas estrangeiras entre outras medidas. Assim, a política econômica estrutural tem por objetivo a modificação das estruturas macroeconômicas, pelos mais variados meios. Por outro lado, a política econômica de estabilização conjuntural objetiva a superação de desequilíbrios momentâneos, como combates a situações de depressão econômica, inflação, desemprego, retração econômica ou escassez de bens específicos. Por fim, a política econômica de expansão se volta a manutenção ou a aceleração da economia, através de seu desenvolvimento. Para atingir seus fins, a política expansionista também visa combater quadros inflacionários, bem como introduz medidas protecionistas, de caráter cambial, alfandegário, entre outros.

Pois, fácil se extrai, através da análise de seus objetivos, que as políticas implementadas se subordinam a corrente do pensamento político-ideológico do Governante que as implantam, e, ainda, do pensamento econômico a que se vinculam. Assim, a tomada de opções entre uma espécie de política ou outra se fundamenta nas posições teórico-doutrinárias a que se vinculam as decisões governamentais⁹.

Determinados os objetivos a serem perseguidos, deve o poder público escolher os instrumentos adequados para a obtenção de êxito ao implementar a política econômica pré-estabelecida. Para tanto, no intuito de realizar quaisquer que sejam das espécies de políticas econômicas apresentadas, se utilizam dos instrumentos da política monetária, política cambial, e, por fim, da política orçamental.

Esta última, a política orçamental apoia-se na vazão econômica do Estado, ou seja, no uso das receitas e despesas públicas de maneira pré-estabelecida. Assim, a política orçamental engloba a política fiscal que se ocupa do gerenciamento das receitas públicas em contrapartida com os gastos públicos, no

⁹ “os objectivos da política económica reflectem os desejos dos poderes públicos”. Nesse sentido, VER PINTO, 1999, pg. 31

sentido de o Estado assumir posição de garantidor da estabilidade econômica, combatendo ciclos-econômicos, bem como todos os elementos que compõe um bom quadro econômico nacional.¹⁰

À política orçamental é imputado o objetivo de três conquistas, sendo elas *a satisfação das necessidades sociais através da provisão de bens e serviços públicos, a redistribuição do rendimento e a estabilização macroeconômica*.¹¹

Já quanto a política cambial consiste na utilização, por parte do poder público, da taxa de câmbio no intuito de influenciar a economia. Ou seja, artificialmente, o Governo influencia a taxa cambial de forma a equilibrar o funcionamento da economia, ou, de forma a induzir certas condutas de seus agentes econômicos. A política cambial exerce grande impacto no que tange às importações e exportações, instrumentos essenciais a economia dos Estados (por exemplo, a questão das balanças comerciais e o fluxo de moedas estrangeiras).

Para tanto, além da influência nas taxas cambiais, a política econômica cambial também pode ser exercida de outras formas, como, por exemplo, pelo controle, por parte da administração pública, das operações cambiais¹².

Por fim, a política monetária consiste na forma pela qual o governo, por meio das autoridades monetárias – e seu ente competente na estrutura governamental do Estado – atuará sobre a emissão de papel moeda, a moeda em circulação, a política creditícia e as taxas de juros. Assim, por meio dos instrumentos elencados, a atuação sempre se dará com a finalidade de garantir e manter a liquidez econômica do sistema como um todo. Desta

¹⁰ Os elementos do chamado *quadrado mágico* de uma economia estável, ou ideal, são, pela doutrina, o *equilíbrio econômico*, o *pleno emprego*, o controle da *inflação* e o *equilíbrio econômico externo*. Nesse sentido, VER PINTO, 1999, pg. 29

¹¹ *Ibidem*, pg. 233

¹² O referido controle pode ser exercido de forma direta pela Administração Pública, ou ainda, sob delegação de conduta, como, por exemplo, do Ministério da Fazenda para Banco Central ou ainda bancos públicos.

maneira, a política monetária compreende o controle da oferta e circulação de moeda, com o objetivo de proteger o poder de compra em seu território, e como política global do sistema, a estabilidade do próprio valor da moeda corrente.

Ultrapassada a análise, ainda que *superficialmente*, das ferramentas da política econômica, se entende esta como o conjunto de medidas introduzidas pelo Estado no intuito de controlar a economia, fundadas nas pretensões políticas destes, bem como na sua corrente ideológica.

O sucesso da política econômica apoia-se no sistema econômico vigente, nos instrumentos legislativos que a instituem e a assegure, e, bem como nas instituições nacionais, ou seja, nas próprias relações político-institucionais. Ora, qualquer política econômica só alcançará êxito se houver consonância dos agentes econômicos, da forma em que ocorrer sua execução, e, conforme a confiança das instituições e da sociedade, como um todo, na Administração Pública.

1.2 O CASO BRASILEIRO: A POLÍTICA ECONÔMICA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951 - 1954)

Alguns aspectos introdutórios passam, aqui, a se fazerem necessários, no intuito da melhor compreensão dos fatos expostos e analisados.

Entre as décadas de 1950 e 1960 se vislumbra a consolidação de um Brasil “Urbano-Industrial”¹³, caráter que até então jamais havia sido configurado. No entanto, tal *posicionamento* colocava o país em um dilema ideológico, tanto pelo aspecto econômico, quanto pelo aspecto político.

O dilema ideológico consistia, então, na contraposição de duas conjunturas, na qual estava, de um lado, a industrialização e todo o segmento da sociedade ligado aos “*atuais*” (à época)

¹³ Nesse sentido, VER MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Editora Polis/Editora Vozes. 1984, pg. 11

conceitos de acumulação de capitais e desenvolvimento industrial e assim, a posição do *liberalismo econômico*, enquanto que, do outro lado, há a corrente que se encontra preocupada com o *caráter agrário* do país, interessada em manter tal característica intrínseca à nação, ou seja, cuja posição, ainda que respeite à industrialização, não deixa margem ao liberalismo nos seus próprios termos, reivindicando a posição do intervencionismo estatal, como forma de assegurar condições básicas de agricultura e industrialização de forma sustentável. Assim, é visível que o dilema consistia essencialmente na contraposição entre a corrente econômico-liberal e a corrente desenvolvimentista-intervencionista.

O resultado deste dilema, nas décadas referidas, entre 1950 e 1960, foi a adoção de um sistema híbrido político e economicamente. Principalmente quando nos referimos a primeira metade da década de 50, ou seja, no período que consiste entre a posse de Getúlio Vargas, em 1951, e o fim deste governo, no final trágico de 24 de agosto de 1954, com o suicídio do mesmo.

Assim, fica explícito que muito do governo de Getúlio Vargas entre 1951 e 1954 fundamenta-se nas políticas econômicas e nas ideologias perpetradas nestas e nas demais atitudes advindas do Poder Executivo, principalmente no que tange àquele do qual decorriam seus atos no mais alto cargo, o Chefe do Poder Executivo Federal, o Presidente da República.

1.2.1 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS IMPLEMENTADAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A posse de Vargas em 1951 ocorria num contexto de agravamento dos desequilíbrios financeiros internos, nas três esferas nacionais, bem como com a volta da inflação e a presença da instabilidade da balança comercial, razão pela qual a vitória eleitoral de Vargas alicerçava-se nas plataformas de campanha de aceleração do crescimento econômico e melhorias imediata

das condições de vida. Assim, políticas estabelecidas e rígidas, em especial quanto à economia, fazia-se imprescindível.

A não obtenção de maioria na votação para o Congresso daquela mesma eleição obrigava a Vargas a introdução de políticas, durante seu mandato, heterogêneas, que por vezes, soavam como contraditórias. A aplicação de regimes, em princípio, contraditórios, na verdade, era a tentativa de Vargas de satisfazer todas as forças políticas que o cercavam, na busca incessante por apoio.

Logo se veria que as políticas econômicas implementadas por Vargas objetivavam o êxito dos três princípios basilares de seu governo: o nacionalismo, a melhoria das condições de vida (através de uma política de distribuição de renda eficaz), e a intervenção do Estado na economia. Tais intenções em nada poderiam considerar contrárias, e as políticas adotadas demonstravam a confluência entre os três princípios, em termos econômicos.

Importa mencionar, de forma introdutória, a Instituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, uma comunhão de esforços firmada entre governos brasileiro e norte-americano, cujos termos impunham a mútua assistência entre os países, cabendo aos norte-americanos a elaboração de pareceres e estudos no sentido de cessar os pontos de estrangulamentos na infraestrutura brasileira, que viriam a ser os transportes e a energia, bem como fornecer financiamento para a realização de tais estudos – através do Banco Mundial e do Eximbank, à época, Banco de Exportações e Importações -, enquanto o Brasil, como contraprestação nesse acordo, permaneceria facilitando a exportação de minerais estratégicos para os Estados Unidos. Assim, o governo nacional contava em obter recursos estrangeiros, em especial, de capital público.

O outro ponto de especial relevância às políticas econômicas são as instituições econômico-políticas da estrutura governamental. Três delas merecem especial atenção: O Ministério

da Fazenda, o Banco do Brasil e a Assessoria Econômica da Presidência da República.

A Assessoria Econômica da Presidência da República consistia em instrumento essencial à ideologia getulista, na qual a preservação de uma via direta para a introdução de iniciativas políticas capazes de solucionar possíveis tensões entre setores era imprescindível. Assim, a Assessoria Econômica era o canal direto da Presidência para implementação de políticas adequadas a sua própria ideologia/necessidade, sem que houvesse qualquer intermediário. Dela decorreram, por exemplo, os projetos e realizações da Petrobrás, Eletrobrás e Capes, e ainda, o planejamento quanto a introdução da indústria automobilística internacional, entre outros. Passava pela Assessoria, então, a veia nacionalista de Vargas, atuando como o canal de contato social, capaz de difundir suas ações e angariar apoio popular.

Por outro lado, Banco do Brasil compreendia em instituição de natureza única à época, pois atuava como único banco de fomento nacional, com atuação em financiamento rural – produção, colheita e comercialização -, atuando ainda como agente financiador do governo (o único no âmbito interno), bem como era a autoridade monetária à época. Ora, uma única instituição cuja atuação englobava três ramos de extrema relevância para a economia: Banco Central, Banco do Governo e ainda, como Banco Comercial. Torna-se indiscutível sua importância para a economia nacional, bem como o protagonismo quando se tratava de aplicação de políticas. Vargas designou para o Banco do Brasil Ricardo Jafet.

Já o Ministério da Fazenda a essa altura carecia de alguém cujo acesso aos Estados Unidos fosse facilitado, e, ainda, a satisfazer alguns partidos e setores. Esse alguém era Horácio Lafer, empresário, com fortes conexões aos grandes grupos industriários. Cabendo à Pasta da Fazenda as políticas orçamentais, fiscais, monetária (ainda que não quanto à emissão de papel-moeda, que competia ao Banco do Brasil) e cambial,

competia a essa a integralidade da política externa, e ainda, uma parcela relevante da política interna (excluída dessa apenas a política creditícia e uma parte da política monetária).

O plano econômico, elaborado pela equipe econômica, era compreendido por duas fases distintas, porém coerentes no conjunto econômico-político, bem como necessária uma a outra no intuito de atingir as metas propostas pelo governante desde sua campanha, e fortalecidas com as eleições. A primeira fase, denominada Campos-Sales, seria uma fase de estabilização econômica, enquanto a segunda, denominada Rodrigues-Alves¹⁴, corresponderia à introdução de políticas que acelerassem o desenvolvimento econômico nacional.

A mera disposição das fases como sequenciais já demonstra a coerência do planejamento proposto, afastando qualquer suposição em sentido contrário. Ora, qualquer projeto de expansão econômica pressupõe a estabilização da economia interna, pois uma economia volátil interna não permite o crescimento econômico.

A necessidade de estabilização da economia nacional, através, entre outros meios, da redução do déficit público, da redução de emissão de papel-moeda (no intuito de amenizar a desvalorização da moeda nacional) era o primeiro passo no sentido de proporcionar o desenvolvimento econômico do país, passando pela redução do custo de vida. Apenas depois de superada essa fase de contenção é que seria possível impulsionar a nação ao crescimento econômica, tendo suprimentos de abastecimento interno, bem como, fazendo uso de capital estrangeiro, algo que seria imprescindível à desobstrução dos pontos de estrangulamento da infraestrutura econômica nacional.

Nesse sentido, é possível verificar a lógica da política econômica planejada pelo Governo, havendo simetria entre as

¹⁴ Campos Sales e Rodrigues Alves foram, ambos, chefes do Executivo Nacional Brasileiro, tendo o primeiro atuado com políticas de saneamento, propiciando que o segundo, que o sucedeu, introduzisse uma política voltada ao desenvolvimento e à persecução de gastos público com infraestrutura.

medidas adotadas.

O primeiro ponto da política econômica externa adotada no início do Governo de especial relevância diz respeito à política de importações, quanto à liberalização destas. Em que pese a manutenção de uma taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada – demonstrando uma política cambial ortodoxa e, em certo grau, protecionista – o Governo passa a adotar uma política de relaxamento quanto às concessões de importações. Àquela altura, o controle da balança comercial era realizado a partir da moderação da concessão de licenças de importação e exportação.

Assim percebe-se que a política econômica externa se baseava em dois instrumentos: a manutenção de uma taxa cambial fixa e a concessão de licenças de importação e exportação¹⁵. A política econômica cambial, referente à manutenção da taxa de câmbio fixa, por si só, sem tomar em conta as condições particulares da situação, favoreceria o desenvolvimento das permutas comerciais, a elevação do investimento estrangeiro, favorecendo ainda, as relações internacionais, pois através dessa intervenção estatal, seria possível eliminar os riscos cambiais gerados pela flutuação das taxas.¹⁶ A preservação das taxas cambiais num montante fixo decorre da atuação estatal nesse sentido, demonstrando o intervencionismo governamental.

Por sua vez, o controle estatal exercido sobre o licenciamento de importações e exportações exercia as mesmas funções. A partir dessa gerencia, durante os três primeiros semestres do governo, 1951 e o primeiro semestre de 1952, pode-se verificar um crescimento das concessões de licenciamento de

¹⁵ A concessão das licenças de importação funcionava como um sistema de controle, cuja autorização só era concedida após exame de dois órgãos federais internos ao Banco do Brasil, sendo eles a Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) e da Fiscalização Bancária (FIBAN).

¹⁶ Os sistemas cambiais podem ser de duas formas: Flutuantes ou Fixos. Não há consenso sobre qual é o melhor sistema de câmbio, prestando cada um para determinados momentos. O câmbio flutuante, por sua vez, por excelência, teria suas taxas determinadas pelo *livre jogo da oferta e da procura de divisas*, sem qualquer intervenção estatal. Nesse sentido, VER PINTO, 1999, pg. 108.

importação¹⁷, que, combinada com a manutenção da taxa cambial fixa, favoreceria, também, a importação de equipamentos e suprimentos industriais frente aos bens de consumo *não essenciais*.

Vê-se neste ponto que a política econômica externa fora apenas mais um instrumento na obtenção dos fins políticos de Vargas, encabeçados na sua campanha. A efetivação dos ideais nacionalistas, da melhoria das condições de vida através de uma melhor redistribuição de riquezas e a intervenção estatal na economia, encontram-se plenamente contempladas com a política econômica externa introduzida. O governo Vargas de 1951 trouxe consigo um momento ideológico muito forte: a industrialização por substituição de importações.¹⁸

O plano de industrialização por substituição de importações não era um projeto novo no sistema econômico, mas, pela primeira vez era implementado como política econômica fundamental na obtenção dos anseios almejados. Neste compasso, a industrialização por substituição de importações constituía o primeiro grande passo no sentido da construção de um mercado interno equilibrado, capaz de satisfazer as necessidades sociais, em termos de produção e distribuição¹⁹.

O primeiro ponto capaz de demonstrar falhas na introdução do plano de industrialização é a redução dessa política de liberalização de importações gradativa. Logo se percebeu que tal

¹⁷ Para dados, VER VIANNA, Sérgio Besserman. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987, pg 51.

¹⁸ A Industrialização por Substituição da Importação (ISI) é o termo adotado por Antonio José Avelãs Nunes e também por Dominick Salvatore, quando utiliza “*Import-Substitution Industrialization*”, enquanto outros autores, como Pedro Cezar Dutra Fonseca in *Formação Econômica do Brasileira*, utiliza Processo de Substituição de Importações (PSI).

¹⁹ Conforme dados, as importações no biênio 1951-1952 refletiram as ambições governamentais, correspondendo a 55% do aumento nas importações em itens de bens de capital, e 28% também desse crescimento em bens de produção. Nesse sentido, VER GIAMBIAGI, Fabio. VILELA, André. CASTRO, Lavínia Barros. HERMAN, Jennifer. *Organizadores. Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. *Recurso Eletrônico*

política gerava enormes desequilíbrios à balança comercial. Em especial, quanto à questão da balança comercial é importante ressaltar que em 1951 verificou-se um superávit considerável, mesmo com o ritmo de importações acelerado, isto porque, em grande parte, a exportação do café e outros produtos primários se manteve em alta, fato que restou alterado a partir do segundo semestre de 1952, quando os preços internacionais do café caíram, e a política implementada pelo governo brasileiro no sentido de resguardar o valor do produto causou ainda mais prejuízos à balança comercial. Assim, só havia um instrumento capaz de tentar retornar ao equilíbrio da balança comercial, o controle das licenças de importações.

O segundo ponto de relevância nesse sentido, por sua vez, consistia em um fato muito particular. O governo durante todo este processo apenas voltou-se à importação de equipamentos e suprimentos à indústria, sem, porém, avançar em qualquer modo de desenvolvimento tecnológico. A crítica que se faz aqui é lógica. A mera substituição das importações pela industrialização não seria capaz de cessar o gargalo tecnológico nacional, que restaria sempre dependente tecnologicamente²⁰ dos avanços estrangeiros, sujeitando-se sempre a necessidade importação destes bens, posto que sua produção interna era inviável.

Quanto à essa *carência tecnológica*, que logo obstaculizaria o desenvolvimento pleno de uma força industrial autossuficiente, justifica mencionar que em 1951, deparado com tal situação, o Governo atuava no sentido de cessá-la, criando o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), agências cuja função baseavam-se no incentivo e avanço tecnológico, fomentado a pesquisa e produção científica, sendo o principal instrumento do governo e sua maior introdução no sentido de

²⁰ Nesse sentido, VER REGO, José Márcio. MARQUES, Rosa Maria. *Organizadores. Formação Econômica do Brasil*. Editora Saraiva. 2003. Quando se desenvolve um conceito alternativo ao ISI ou PSI, sendo este o *modelo de desenvolvimento por substituição de importações*.

promover o desenvolvimento tecnológico. Tais institutos comprovam o anseio de desenvolvimento em razão de autonomia do Estado, reiterando, em última análise o nacionalismo intrínseco à Vargas.

Por fim, no que tange à política econômica externa, tem-se que o conjunto dos instrumentos utilizados, ou seja, a manutenção de uma taxa de câmbio fixa e a concessão estimulada de licenças de importações, resultaram em ainda mais agravamentos no setor de importações, pois o próprio funcionamento industrial requeria produtos que não eram faturados em território nacional, ou que sua produção era inferior a demanda, como, por exemplo, produtos intermediários e energia.

Percebe-se que no tocante à política externa o Governo efetivava com rigor um de seus princípios basilares: a intervenção estatal na economia. A política *laissez-faire* não se aproximava em nada às ações tomadas pelo Governo Federal em termos de política econômica, demonstrando, mais uma vez, que o viés econômico-liberalista não coadunava, *a priori*, com as ideologias getulistas.

Por outro lado, em que pese grande parte da fase Campos-Sales fundamentasse-se no sucesso da política externa, não apenas a ela submetia-se. Assim, a política econômica interna passava a ter também grande importância, tanto em termo de políticas introduzidas como também pela conjugação de resultados que resultaram no insucesso da primeira fase econômica nacional à época.

Assim, todas as ações implementadas na política econômica voltar-se-iam para o saneamento das despesas públicas, no aumento de arrecadação e no combate à inflação, através de uma política monetária e creditícia contracionista, pois só assim seria possível viabilizar a fase seguinte.

A política orçamentária cabia ao Ministério da Fazenda, que propôs um plano econômico de saneamento severo das despesas governamentais, composto inicialmente por quatro

medidas específicas, sendo elas a impossibilidade de pedidos de crédito por parte do Poder Executivo, a proibição de aprovação de projetos que gerassem despesas sem a devida previsão de receita que anulasse tais gastos, a redução drástica dos gastos governamentais, e, por último, a disposição de reduzir para Cr\$ 1 bilhão a totalidade dos créditos autorizados que não tivessem sido abertos.²¹ Se a aprovação de novas políticas fiscais seria inviável, face um congresso formado por inúmeros partidos, cujo Presidente não possuía ampla maioria, a saída era atuar nas questões orçamentais, cujo impacto popular seria menos gravoso, não afetando as forças políticas da Casa Legislativa Federal.

O plano orçamentário contracionista ocasionou o superávit. Em 1951, ocorria nos últimos vinte e cinco anos o primeiro superávit global, com contas da União e das demais unidades federativas chegando a um resultado positivo. Para alcançar tais resultados, muito da política externa concorreu para a situação. Tanto o foi que a arrecadação fiscal derivada das exportações e importações serviu de grande parte deste incremento de receitas.

Mantido a política orçamentária de saneamento das contas públicas no ano seguinte em que pese o reiterado sucesso da União, o mesmo resultado não foi obtido pelos demais entes da Federação, que apresentaram déficits acima do superávit federal, pelo que o resultado global econômico-orçamentário acabou negativo.

As políticas de austeridade nas despesas governamentais, bem como a receita decorrente da política externa de importações que implicaram nos resultados positivos de orçamento público, poderiam propiciar a fase de desenvolvimento econômico, de pesados investimentos em infraestrutura e industrialização, porém, os resultados que seguiram nos anos seguintes seriam apenas mais um resultado do mau planejamento a longo prazo, e, ainda, de um planejamento dependente de recurso externos.

Políticas econômicas externas e internas se encontravam

²¹ Nesse sentido, *VER VIANNA*, 1987, pg. 72

intrinsecamente conectadas no projeto econômico varguista, o que demonstra que a falência de uma acarreta no colapso da outra.

Ademais, àquela altura, o principal instrumento da política monetária era o crédito e a manutenção das taxas de juros quanto aos créditos concedidos. No entanto, tal esfera da política monetária, conforme já referido, incumbia ao Banco do Brasil. Contrariando as políticas *contracionistas* adotadas pelo Ministro da Fazenda, no que tange à orçamento e política monetária, o Banco do Brasil dá início a uma fase de expansão de liberação de crédito, adotando uma política creditícia visivelmente contrária à posição adotada pela Pasta da Fazenda.

Assim, Banco do Brasil e Ministério da Fazenda adotavam políticas cujas orientações eram contrárias uma a outra.

Dois pontos importantes sobre a política creditícia empregada pelo Banco do Brasil é o uso público e privado da expansão de crédito. O primeiro se refere, em especial, ao ano de 1952 quando estados e municípios não conseguiram alcançar níveis de receita capazes de suprir sua despesa pública, gerando déficit. Por conseguinte, fundamental foi que estes recorressem a crédito, sendo o Banco do Brasil seu principal aliado nessa seara. Já o segundo ponto refere-se à conexão íntima entre a liberalização de importações no intuito de promover a industrialização interna, isto porque a demanda por importações acarreta, em última análise, a necessidade de crédito que permita tais operações comerciais. Consequentemente, vê-se que os altos índices de importação possuem ligação inerente com a política de expansão de crédito instaurada pelo Banco do Brasil.

Nesse passo, a política creditícia expansionista, contrária ao *contracionismo* da política interna aplicada pelo Ministério da Fazenda, atuou como instrumento de favorecimento da indústria e do comércio interno, que, numa interpretação macroeconômica, favoreceu também a política orçamentária federal, face o aumento de receita de origem tributária.

Em que pese as políticas introduzidas, a situação econômica nacional não reagia bem a elas. As políticas econômicas introduzidas como instrumentos para a obtenção dos ideais do Governo não contavam com condicionantes externas, capazes de alterar qualquer resultado projetado.

Do incremento vultoso de importações, resultante das políticas creditícias e de política externa (concessão em larga escala de licenças de importações e taxa de câmbio fixa), restou em 1952 uma extensa acumulação de atrasados comerciais. Logo esse resultado externo geraria consequências internamente, com a repercussão inflacionária seguida da elevação dos preços.

Ainda em 1951, em ação conjunta do Ministério da Fazenda, do Ministério do Trabalho e da Assessoria Econômica da Presidência da República, a primeira política de renda, através da política salarial era introduzida, tendo sido promulgada o novo salário mínimo em 1952, atingindo índices de majoração de 216%²². O aumento ainda que expressivo sequer era capaz de gerar descontentamentos sociais nas classes empresariais pois os valores já se encontravam extremamente defasados.

Desde seu primeiro governo os anseios do Presidente sempre giravam ao redor de uma ideologia *trabalhista*, agora que eleito com promessas eleitorais de melhoria de condições de vida, em especial às classes operárias urbanas, o aumento salarial era a primeira política introduzida de imediato atendimento aos ideais getulistas. A política salarial adotada em dezembro de 1951 era o primeiro ato cujo era possível ver a representação dos anseios político-sociais de Vargas a serem atendidos por meio de política econômica.

A política de renda introduzida restringia-se apenas – se considerarmos o intervencionismo direto – à política salarial, pois os preços, ainda que influenciados pelas ações federais, não

²² O salário mínimo à época era de variação regional, pelo que nem em todas as regiões a majoração atingiu tal índice.

sofriam intervenções diretas, com determinação de preços a serem praticados internamente.²³

A expectativa que se seguia, de queda dos índices inflacionários em 1952 logo sucumbiria ao fraco desempenho da agricultura e da pecuária, em especial à produção primária de alimentos, que resultariam na majoração do custo de vida.

O uso dos instrumentos econômicos parecia não ser suficiente para atingir as aspirações político-sociais de Vargas, e cada vez geravam mais descontentamentos. As políticas anti-inflacionárias que intentavam reduzir a perda do poder de compra, provendo uma melhoria na condição de vida e uma melhor distribuição de renda surtiam efeito reverso, acentuando ainda mais as disparidades. O aumento salarial sequer era capaz de agradar, ou gerar satisfação, das grandes massas salariais, pois apenas supria a perda real do poder de compra durante os nove anos em que nenhum reajuste salarial fora concedido.

No fim de 1952, outro fato relevante ocorria no hemisfério norte. Truman saía do Governo Americano, levando a posse em 1953 do republicano Dwight D. Eisenhower. A saída dos democratas da casa Branca colocava um ponto final a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A posse de Eisenhower logo cessaria o financiamento norte-americano, que, de acordo com a visão do seu novo Governo deveria se preocupar mais com a ameaça comunista²⁴, destinando proventos econômicos à países que sofressem tal ameaça. O fim do financiamento norte-americano demonstrava a derrocada do plano Varguista de investimento em

²³ Hoje já pouco se fala em política de preços, pois entende-se que os preços são livres e estabelecidos pelo próprio mercado. Quanto à salários, a política salarial ainda determina os valores de salário mínimo, sendo reajustado anualmente via política federal, no entanto, também já se considera que no mercado de trabalho a livre negociação salarial pode prevalecer, atendendo aos princípios de mercado, também. Nesse sentido, VER LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. Pg. 22

²⁴ De forma a contextualizar, àquele momento acirrava-se a Guerra Fria, por isso da preocupação norte-americana com a *ameaça comunista* e o desvio da sua política externa à tais objetivos.

infraestrutura, de eliminação de gargalos estruturais e da fase de empreendimentos.

A fase Rodrigues-Alves, fortemente alicerçada na estabilização econômica, e, principalmente, no auxílio financeiro norte-americano agora era um plano inalcançável.

O início de 1953 de pronto já fora marcado pela alteração da política econômica externa, em especial, através da política cambial. Introduziu-se a Lei do Mercado Livre, que instituía um sistema cambial de taxas variadas, introduzindo, além da taxa fixa para determinados produtos, taxas flutuante e variantes para os demais. Nesse contexto, esse novo sistema cambial favorecia primordialmente à exportação.

A nova política cambial tinha por finalidade promover o escoamento de produtos de demanda elevada, cujas cotações no mercado mundial mantinham-se em alta, como café, cacau e algodão – que, então, eram comercializados às taxas fixas do mercado oficial. Por outro lado, havia três taxas flutuantes, a serem aplicadas as demais exportações, conforme os bens em questão, havendo ainda uma terceira possibilidade, a taxa aplicada às transições financeiras, as quais eram aplicadas taxas do mercado livre.

A consequência da nova política de câmbio, com taxas fixas e flutuantes de exportação foi, a curto prazo, a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, o que, de imediato, resultava no sobrepreço das importações, e, por outro lado, a melhoria de preços das exportações, ou seja, uma balança comercial favorável.

No entanto, tais resultados não perduraram por muito tempo. Logo o colapso econômico nacional refletiria também na nova política cambial. O declínio das exportações sofria grande impacto da baixa da exportação do café, que tinha sua produção retida no intuito de valorização do produto, enquanto que, por outro lado, seus compradores também protelavam a realização dos negócios de compra e venda, ambos com expectativas na

cotação do café, seja para o aumento do preço, seja pela desvalorização do mesmo nas taxas oficiais internacionais.

A fase Rodrigues-Alves, com início previsto praquêle ano de 1953 deveria ser lançada, porém, o que se viu foi a continuação dos planos econômicos contracionistas dos dois anos anteriores.

Gradativamente as ações econômicas e seus resultados demonstravam a perda do controle da situação econômica nacional, transparecendo certa desorientação por parte das autoridades econômicas.

Logo fez-se necessária uma reforma ministerial cujo intuito era a ressuscitação do prestígio de Vargas, que, com a crise nacional estava denegrido, com pouca força política e social. A reforma era, então, um grande instrumento nas mãos do Presidente de forma a demonstrar uma reação governamental para a sociedade.

Em março daquele ano o maior alicerce eleitoral varguista demonstrava sua insatisfação com a situação social e econômica. Em São Paulo uma greve contando com mais de 300 mil operários urbanos refletia o descontentamento público com as promessas eleitorais que não haviam sido adimplidas pelo governo, em especial, à promessa tida como principal promessa de campanha, e, ainda, uma de suas principais aspirações ideológicas, a melhor distribuição de renda e, como consequência, a melhoria nas condições de vida das populações operárias urbanas.

A reforma ministerial era necessária e ocorreria em junho do mesmo ano. As duas principais pastas, no sentido das ideologias do Presidente, agora estavam ocupadas por pessoas de sua confiança: o Ministério do Trabalho com João Goulart e Oswaldo Aranha no Ministério da Fazenda, e com intenções consonantes entre si.

A nomeação de Oswaldo Aranha ocorria no intuito de reorientar a política econômica, agora sem conflitos com o Banco do Brasil, orientando ambas as políticas no mesmo

sentido. Assim, não que tenha ocorrido uma ruptura com a política econômica anterior, mas agora a visão ortodoxa²⁵ da economia se alargava a toda esfera econômico-política. Oswaldo Aranha introduzira uma política fiscal austera, além de uma política monetária e creditícia restritiva.²⁶

O primeiro plano econômico era de estabilização da economia. Em linhas gerais, o plano de estabilização econômico não diferenciava muito do anterior. O equilíbrio orçamentário, por sua vez, seria novamente perseguido sem que houvesse alteração tributária, posto que politicamente tal medida era inviável. A força política de Vargas esvaziava-se pouco a pouco, e àquela altura não se considerava possível apoio das casas legislativas no sentido de qualquer reforma tributária que onerasse à população, por medo de tais membros do Congresso Nacional se *mancharem* com a perda de prestígio público do Presidente Vargas.

A prioridade consistiria no corte de gastos públicos e no equilíbrio orçamental, bem como a restituição da balança comercial também equilibrada, na tentativa de promover a expansão das exportações, que àquele momento encontravam-se decrescentes. O novo Ministro Fazendário estabeleceu uma nova política cambial, adotando um sistema cambial de *pauta mínima*. Este sistema de câmbio autorizava que os exportadores de produtos determinados (em especial aqueles que predominavam o sistema de exportação nacional, como café, cacau e algodão - da onde também é possível extrair uma certa conexão com o a Lei de Câmbio Livre de Lafer) os negociassem no mercado respeitando, apenas, a taxa mínima. Ou seja, a venda era permitida a taxa livre no mercado sempre que se atendesse à taxa mínima fixada, sendo possível vender tais produtos a valores excedentes conforme *oferta e procura*.

O que se verificou foi uma arrecadação majorada, em

²⁵ Nesse sentido, VER GIAMBIAGI, e outros. 2011. *Recurso Eletrônico*.

²⁶ Nesse sentido, VER VIANNA, 1987, pg 101

especial, se comparada com o péssimo desempenho das exportações de café do fim de 1952 e primeira metade de 1953, dando a entender que a nova política cambial atenderia aos seus objetivos.

Por outro lado, Aranha, conforme já mencionado, gozava de ampla aceitação internacional, e Vargas não por acaso o nomeou para Ministro da Fazenda. O próximo passo do Ministro era utilizar-se de tais facilidades referentes à sua pessoa e promover a renegociação da dívida externa brasileira, em especial com o Fundo Monetário Internacional e com o Reino Unido. As negociações da dívida externa renderam bons resultados, com Aranha atingindo frutos vantajosos, com a redução de juros entre outras condições mais benéficas ao Brasil.

No entanto, tais reformas não surtiam efeito imediato na economia interna, no que tange à sociedade civil, que, em que pese exitosas no âmbito macroeconômico, referente às políticas econômicas, não refletiam nos anseios de repartição adequada de riquezas, e, ainda menos, na melhoria das condições de vida. A inflação seguia sendo um mal a ser combatido, que causava inúmeros prejuízos às ambições ideológicas do Presidente. Seriam as políticas econômicas capaz de atingir tais fins?

Dessa vez Ministério da Fazenda e Banco do Brasil se uniam na mesma orientação elaborando a Instrução 70 da SUMOC.

A Instrução 70 da SUMOC vinha a reestabelecer o monopólio cambial ao Banco do Brasil, fixando sua autoridade para o exercício de operações cambiais ou de autorização para terceiros às realizarem.²⁷ Introduzia-se, assim, um sistema novo na política cambial nacional, no qual se adotavam taxas múltiplas, ao contrário das taxas fixas até então utilizadas.

A instrução 70 da SUMOC ambicionava, com o seu sistema cambial, favorecer as exportações e desencorajar as importações, novamente demonstrando que o ideal nacionalista de

²⁷ Nesse sentido, VER VIANNA, 1987, pg 103

uma nação autossuficiente era um objetivo a ser perseguido, e assim, por meio de certo *intervencionismo estatal*, atuar de forma protecionista à indústria nacional. Ao beneficiar as exportações face as importações, o intuito de equilibrar a balança comercial restava evidente. Mais uma vez, era possível visualizar uma política econômica no sentido de fomentar o antigo ideal de *industrialização por substituição de importações*. A autonomia nacional em termos de produção e provimento à sociedade de bens industrializados a custos inferiores aos praticados pelo sistema de importações seria capaz, além de incentivar a indústria, prover a melhoria das condições de vida, pelo aumento do poder de compra e da atuação anti-inflacionária.

Acontece que a realização do caminho não seria tão fácil quanto fora trilha-lo. O planejamento não contava com a desestabilização das contas públicas, que seguia fazendo uso de importações em larga escala com o objetivo de adequar a infraestrutura nacional face ao desenvolvimento industrial. Logo o gasto público com obras, em especial com a importação dos suplementos necessários a este objetivo refletiria nas contas públicas.

As debilidades financeiras ainda se agravariam entre 1953 e 1954, com a proposta de salário mínimo que viria a ser apresentada pelo novo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. No entanto, desta vez, qualquer aumento excessivo seria o suficiente para gerar descontentamento das classes empresárias, enquanto que, qualquer aumento insuficiente para cobrir a inflação e prover um aumento real, geraria o descontentamento das classes operárias.

Em fevereiro de 1954 Joao Goulart apresentava concomitantemente o parecer relativo ao novo aumento do salário mínimo e o seu pedido de exoneração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.²⁸

²⁸ Instituições como o Conselho Nacional de Economia apresentavam pareceres contrários ao aumento nos índices propostos. Nesse sentido, VER VIANNA, 1987, pg.

As posições contrárias ao aumento do salário mínimo nos níveis proposto eram compreensíveis. Ora, um aumento do salário mínimo em 100% na verdade refletiria em elevação dos índices inflacionários. Num momento de políticas econômicas voltadas para a estabilização, com o objetivo primordial de medidas anti-inflacionárias, qualquer política introduzida no sentido contrário correspondia a uma ofensa ao que se pregava interna e externamente.

Em 1º de maio Vargas utilizava-se do Dia Mundial do Trabalho pra promulgava o aumento do salário mínimo nos termos proposto pelo seu Ministro Do Trabalho: 100% era o aumento concedido.

A política de renda, através da política salarial, vinha a ser utilizada para atingir fins políticos, de forma cristalina. Restava claro que Vargas optou por ignorar as consequências de tal ato com a decisão de satisfazer as classes operárias, demonstrando, mais uma vez, sua fraqueza política à altura e desequilíbrio. O aumento do mínimo salarial em 100% causaria efeitos em cascata na inflação. Os custos de produção inevitavelmente sofreriam aumentos, do contrário o empresariado não seria capaz de arcar com o novo salário mínimo nacional. O descompasso da política salarial e das demais políticas econômicas restava evidente.

Face ao desprestígio político que vinha somando a si, e a ineficácia das políticas até então tentadas, o Presidente agora fazia a escolha por uma medida de cunho puramente político. O aumento do salário mínimo, cujo objetivo – se é que se pode dizer assim – era a efetivação, por vias alternativas, da melhor distribuição de riquezas e a melhoria das condições de vida do proletariado, atingindo ideologias políticas do governo via política econômica foi a última tentativa de Vargas para obter apoio das massas, mas não fora suficiente. Acreditando que tal política econômica traria bons frutos políticos, na verdade Vargas

cessava todas as demais políticas econômicas nacionais. A estabilização da economia tornava-se inviável.

A fase Rodrigues-Alves jamais chegou a ocorrer. A ambição política de Vargas acabou por torna-la inalcançável. Os anseios e a ambição política de Getúlio Vargas, que sempre guiaram as suas políticas econômicas haviam se tornado o principal obstáculo ao sucesso de qualquer uma delas.

Em 24 de agosto daquele ano, então, Vargas cometeria suicídio no Palácio do Catete, após o comunicado de sua deposição pelas Forças Armadas, pondo fim às suas políticas econômicas ideológicas, no entanto, não às suas ideologias, que logo se perpetuariam nos mais variados segmentos da política.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo caminho trilhado até o presente ponto impõe a racionalidade das medidas adotadas, contextualizadas com seus momentos históricos conjugadas com a situação político e econômica nacional.

Um importante ponto de reflexão é o fato de que o Governo não obteve a maioria da Casa Legislativa Federal, razão pela qual ficou adstrito à governo de coalizão, razão pela qual muitas medidas e políticas jamais foram apresentadas por serem amplamente rejeitadas pela oposição legislativa majoritária.

Todo o projeto econômico governista, através das políticas econômicas introduzidas, consistia na orientação de investimentos, priorizando um novo caráter industrial ao Brasil, com o objetivo muito claro de alterar sua posição de exportador de bens primários e importador de bens industrializados. A *industrialização em substituição de importações* era o primeiro passo no desenvolvimento econômico nacional.

Os fins políticos de Vargas, seus idealismos, sempre substanciaram a política econômica que geria, e, assim, desassociá-la daquelas características utilizadas para qualificar o

governo de Getúlio como *nacionalista, intervencionista* ou *trabalhista*, pode levar a uma interpretação errônea, pois aquelas atendiam aos anseios do governante. Entretanto, qualquer radicalização quanto aos ideais de Vargas também torna a interpretação das políticas econômicas distorcida.

A formação da equipe econômica do governo demonstra a relevância da questão para Vargas. Os nomes indicados para Banco do Brasil e Ministério da Fazenda, enquanto levando em conta suas atribuições e competências, demonstram claramente os objetivos governamentais. A necessidade de uma liderança da indústria no Ministério da Fazenda gerava confiança, enquanto no Banco do Brasil um nome cuja aspiração de liberação de crédito incentivaria o setor empresarial. A Assessoria Econômica da Presidência da República com sua natureza eminentemente técnica e atuando como braço do Presidente e para suas políticas também demonstrava a o controle almejado por Vargas.

O planejamento econômico elaborado pelo Ministro da Fazenda denominado *Campos-Sales/Rodrigues-Alves* parecia se adequar com precisão às aspirações políticas de Vargas, movido pelo ideal desenvolvimentista que propiciasse todos os demais avanços sociais que ansiasse em âmbito nacional, sendo assim, um projeto adequado a atingir seus fins políticos. Seu nome seria lembrado, e, com fins políticos imediatos, no caso de ausentar-se das eleições que futuramente ocorressem, saberia que o candidato com seu apoio teria grandes chances de prosseguir no comando do Executivo Nacional, prolongando a perseguição de seus ideais.

Para Vargas a necessidade de atuação estatal não consistia em um ônus, afinal o intervencionismo estatal, em especial na economia, consistia um de seus ideais. Mas o intervencionismo era executado por mera ideologia do Presidente? O intervencionismo se tornara inevitável face as necessidades nacionais ao momento. Não se pode, então, defender de que o intervencionismo de Vargas atuou como elemento ideológico dele, mas

sim pela carência nacional.

Os projetos – realizados-, da Petrobrás e da Eletrobrás, como exemplos, representam de forma precisa a intenção de desenvolvimento autônomo nacional. O primeiro passo no intuito de cessar os gargalos nacionais seria autonomia das necessidades energéticas e de insumos industriais, como o petróleo. Entretanto, o ideal de autonomia nacional não deve ser visto como um *nacionalismo radical*. A ideologia de Vargas, de manter a soberania nacional sobre os setores considerados estratégicos, como petróleo, minérios e energia elétrica, manifesta muito além de um mero *ideal nacionalista*, mas um intuito desenvolvimentista econômico-industrial, cujos resultados imporiam a redução dos custos de produção, a criação de postos de trabalho, e, como consequência de ambos, a melhoria da qualidade de vida em termos gerais em âmbito nacional, atingindo seu intuito de melhor distribuição das riquezas nacionais. Não se pode, portanto, coadunar com o entendimento que o *ideal nacionalista* tenha prevalecido a qualquer outra aspiração, político ou econômica.

Admitir que as medidas econômicas apresentavam um fim puramente econômico é insistir uma posição que pode ser facilmente refutada, em especial, quando, à título exemplificativo, extrai-se a política de renda introduzida em maio de 1954.

O desenvolvimento industrial, a autonomia nacional de recursos, o crescimento econômico passa mais pelas ideologias *desenvolvimentista* e *nacionalista* como utilizando-as por instrumentos de obtenção dos fins políticos a que Vargas havia se vinculado durante a campanha, e que o levaram à Presidência, via ideais próprios e propagados no período eleitoral, como a melhoria da qualidade de vida e melhor distribuição de riquezas.

A obsessão do Governo Getulista não era pela estreita aplicação dos ideais *nacionalistas* ou *desenvolvimentistas*, embora seja geralmente assim defendido. O objetivo a ser perseguido sempre foram as promessas de campanha, que, se obtivessem o sucesso o levaria ao sucesso em uma nova eleição.

Talvez tenha sido o grande pecado da política econômica de Vargas o fato de apoiar grande parte de seu projeto de desenvolvimento nacional em parâmetros incertos e incontroláveis.

O que se pode perceber é que alguns aspectos, econômicos e políticos, internos e externos, não tenham sido levados em conta por que pensou as políticas econômicas governamentais. Fundamentar o desenvolvimento nacional em recursos financeiros externos, bem como, em especial, na questão brasileira à época, dos preços internacionais dos bens que aquele Brasil *exportador de produtos primários* como sustentáculos da economia nacional, do equilíbrio da balança comercial, e ainda do câmbio, parecem ter sido erros fatais às políticas econômicas, ao seu sucesso.

O planejamento econômico de Vargas, e sua quebra, por vezes, refletia suas aspirações políticas, e seu maior equívoco, então, de fato foi alicerçar-se naquilo que não lhe era controlável, porém, nem por isso, era um planejamento integralmente falho. Se de imediato, pouco sucesso se vislumbrou, o desenvolvimento nacional a partir dali se impulsionou, e, mais ainda, Vargas, em que pese seu fim, atingiu seus fins. Jango, seu Ministro do Trabalho, e Juscelino Kubitschek, a quem apoiou na campanha eleitoral para Governador do Estado de Minas Gerais, e com quem muito se harmonizava, viriam, futuramente, a serem eleitos democraticamente Presidentes da República.

Talvez a economia de Vargas não tenha atingido as expectativas a que lhe eram depositadas, nem pela população nem pelos setores políticos e econômicos, mas é inegável que suas ideologias e anseios políticos, de alguma forma, foram atingidos



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGHT, R. Van Der. Política Económica. 2ª edição. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1932.
- CARQUEJA, Bento. Economia Política. Tomo I. Porto, 1926.
- CONDESSO, Fernando dos Reis; CONDESSO, Ricardo Alexandre Azevedo. Aproximação a uma Teoria Geral de Economia Política. Relações entre Economia Política e Direito. In JURISMAT Revista Jurídica. nº 6. Maio/2015. Portimão: Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Páginas 15 a 42.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: O Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. Revista Tempo v. 14, nº 28, 2009. Páginas 19-58. Recurso Eletrónico: disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201211051123080.2govvargastempo.pdf>
- GIAMBIAGI, Fabio. VILELA, André. CASTRO, Lavínia Barros. HERMAN, Jennifer. Organizadores. Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. Recurso Eletrónico.
- LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. 2ª edição. São Paulo: Atlas. 2002.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Editora Polis/Editora Vozes. 1984.
- MARTINEZ, Pedro Soares. Economia Política. 5ª edição. Coimbra: Almedina. 1991.
- NUNES, António José Avelãs. Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- REGO, José Márcio. MARQUES, Rosa Maria. Organizadores. Formação Economia do Brasil. Editora Saraiva. 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-

1964), Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

VIANNA, Sérgio Besserman. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.